
	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE</b> <b>MINAS GERAIS</b> <b>REITORIA</b> <b>COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS E GESTÃO DE CONTRATOS</b>	
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS**  
**CONTRATO 05/2016**

**PROCESSO Nº 23343.000825/2016-14**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016**

**CONTRATO N.º 05/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS COMO CONTRATANTE E A EMPRESA UNICÓPIA LTDA - EPP COMO CONTRATADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE REPROGRAFIA E IMPRESSÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REITORIA DO IFSULDEMINAS.**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado, como contratante o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.648.539/0001-05, situado na Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, CEP 37.550-000, neste ato representada pelo seu Reitor Marcelo Bregagnoli, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Alberto de Barros Cobra, 613 – Apto 302 – Bairro Nova Pousa Alegre, na cidade de Pousa Alegre, Minas Gerais, CEP: 37.550-000, portador da carteira de Identidade nº 6.517.588 SSP/MG, CPF nº 666.113.426-72, nomeado pelo Decreto de 12 de Agosto de 2014, consoante delegação de competência que lhe foi conferida, e do outro lado como contratada a empresa Unicópia LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 04315058/0001-85, com sede à Avenida Marechal Castelo Branco, nº 310 - Bairro Santa Filomena, na cidade de Pousa Alegre - MG, CEP 37.550-000, proponente em processo de Licitação n.º 23343.000825/2016-14, modalidade Pregão eletrônico nº 04/2016, Tipo Menor Preço, em observância ao decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 que em seu Art. 9º parágrafo 1º, preconiza que a licitação do tipo menor preço será exclusiva para a aquisição de bens e serviços de informática e automação considerados comuns, na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e deverá ser realizada na modalidade de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme determina o art. 4o do Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 3.931, de 19 de setembro de 2001, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, Instrução Normativa 04/2010 SLTI/MPOG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes e legislação superveniente, Nota Técnica nº 01/2008 - SEFTI/TCU, Nota Técnica nº 02/2008 - SEFTI/TCU além do Parecer Jurídico nº 126 D/2016/PGF/PF-IFSULDEMINAS, representada neste ato pelo Sr. Wendell Conde, portador da Cédula de Identidade nº 5.406.506 SSP/MG, CPF n.º 799.508.506-06, com endereço à Rua Alfredo Ennes Baganha, nº 128, Bairro Árvore Grande, CEP 37.550-000, Pousa Alegre - MG, tem entre si, justos e contratados, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, CEP: 37.550-000, Pousa Alegre – MG Fone: 3449-6150  
Coordenação Geral de Convênios e Gestão de Contratos






#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de outsourcing de impressão, reprodução e digitalização com disponibilização em regime de comodato de 01 (uma) máquina multifuncional para serviços de cópia, impressão e digitalização monocromática, conforme especificações do termo referência e do projeto executivo, anexos do edital, pessoal qualificado para manutenção preventiva e corretiva, instalação do equipamento, suporte técnico local e orientação de usuários no uso do equipamento, fornecimento de equipamento de backup para minimizar o tempo de parada do equipamento em reparo, com o fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços (exceto o papel e a mão de obra de operação), além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, em conformidade com os termos do edital de Pregão Eletrônico n.º 04/2016-IFSULDEMINAS.

1.2. os serviços serão executados de forma indireta e contínua em regime de empreitada por preço unitário.

1.3. o equipamento deverá ser instalado e os suprimentos deverão ser entregues no seguinte endereço:

a) Reitoria do IFSULDEMINAS. Endereço: Avenida Vicente simões, 1.111, bairro Nova Pousou Alegre - CEP 37550-000 - Pousou Alegre/MG, tel.: (35)2449-6150.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo ao pregão eletrônico n.º 04/2016, processo n.º 23343.000825/2016-14 e todos os seus anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo ser prorrogado por igual período, limitada a sua duração a 48 (quarenta e oito) meses, do disposto no Inciso II e IV, do Artigo 57, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor anual estimado deste contrato é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) relativo à franquia e à previsão de excedente sendo, respectivamente iguais a 200.000 (duzentas mil) cópias e / ou impressões ao custo anual de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

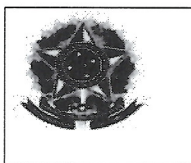
4.2. Nos termo do projeto executivo o faturamento se dará em duas vezes ao ano e de acordo com o calendário de vestibulares, com previsão nos meses de maio e de outubro, com estimativa de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) em cada período.

4.3. a contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 65, § 1º, da Lei n.º 7.666/93.

4.4. Quando do acréscimo de outro equipamento, estes deverão apresentar condições de funcionamento semelhantes daqueles contratados;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas para execução do contrato a ser firmado correrão, no presente exercício, à conta da Natureza de Despesa 339039.83, Fonte de Recurso 0112000000, PTRES 108839, PI



V20RLP01PSN. As despesas para os exercícios subsequentes, se for o caso, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários, a serem consignados.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O faturamento dos serviços prestados se dará em função do número de cópias e / ou impressões efetivamente utilizadas.

6.2 O pagamento será efetuado duas vezes ao ano e de acordo com o calendário de vestibulares, com previsão nos meses de maio e de outubro, mediante a apresentação da Nota Fiscal contendo o número do contrato, **com a especificação da localização do equipamento, do número de cópias ou impressões efetivamente prestadas dentro do mês**, em duas vias, por meio de ordem bancária, em moeda corrente, creditada na conta corrente da contratada.

6.3 O pagamento será feito pelo Setor Financeiro e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após a data do recebimento definitivo do objeto licitado, observado o item 14 do documento Projeto executivo.

6.4 Caso a parcela não atinja o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei 8.666/93: “Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”

6.5 O primeiro faturamento da contratada, previsto de acordo com o calendário de vestibulares, será correspondente ao número de cópias tiradas ou impressas multiplicada pelo valor unitário da cópia ou impressão, conforme consta da fórmula abaixo:

$$VFS = VIM \times QIM$$

Onde:

VFS = Valor final do serviço

VIM = Valor único da unidade de cópia/impressão monocromática

QIM = Quantidade de impressões Monocromática

O segundo faturamento, de acordo com o calendário de vestibulares, e se não atingida o número de cópias e / ou impressões da franquia, será correspondente ao valor da franquia (R\$ 21.000,00 – vinte e um mil reais) menos o valor do primeiro faturamento.

O segundo faturamento, de acordo com o calendário de vestibulares, se houver uso excedente em relação a franquia, será correspondente ao número de cópias e / ou impressões do período de apuração multiplicado pelo valor unitário de cópias e / ou impressões e nos termos da fórmula acima.

6.6 O valor da cópia e impressão monocromática deverá ser único, independente do tipo de equipamento que será utilizado para produzir a demanda.

6.7 Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, a contratada deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, obrigatoriamente, com a fatura, as seguintes comprovações, quando couber:

6.8 Cartão de Leitura, contendo: indicação do equipamento (individual) quantidade de cópias produzidas, nome legível do responsável, assinatura e matrícula; Comprovante de serviço técnico realizado; Comprovante da entrega de toner.

6.9 No caso de incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 (setenta e duas) horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

6.10 A Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente, com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, não se admitindo Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.11 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.

6.12 O contratante não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6.13 Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

6.14 Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o contratante reterá, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição Sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição Para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

6.15 Não haverá a retenção de que trata o item anterior, no caso em que a Adjudicatária seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional instituído pela Lei n.º Complementar n.º 123/2006, mediante comprovação da opção, ou encontre-se a empresa em uma das situações elencadas no art. 3º da IN SRF N.º 480/2004.

6.16 Quando do pagamento a ser efetuado pelo contratante, a contratada deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, via terminal SIASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular no referido sistema.

6.17 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

6.18 Constatada a situação de irregularidade no SICAF, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo contratante, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 5 dias úteis, sob pena de rescisão contratual;

6.19 Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço;

6.20 Com vistas a facilitar os procedimentos relativos ao pagamento do serviço objeto deste Contrato, a contratada deverá fazer constar, de forma legível, no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do processo a que se refere a presente contratação, constante no preâmbulo deste Contrato.

6.21 Nos casos eventuais de atrasos de pagamento por culpa do contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para o recebimento até a data do efetivo pagamento, calculados pro rata tempore mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



Onde:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N. = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6.22 O contratante poderá eximir-se do pagamento dos encargos acima referidos, mediante a apresentação prévia de expressa justificativa sobre as razões do atraso de pagamento, obrigando a contratada a manifestar-se, também por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação, sob pena de considerar-se aceitas as justificativas apresentadas;

6.23 O contratante estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

6.24 Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DO CONTRATO**

7.1 Os preços unitários contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se a variação do IPC-BR Reprodução de Documentos.

7.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, nos termos do inciso XI do artigo 40 da Lei n.º 8666/93 e do artigo 3º da Lei n.º 10.192/01 ou legislação superveniente que venha regular a matéria.

7.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

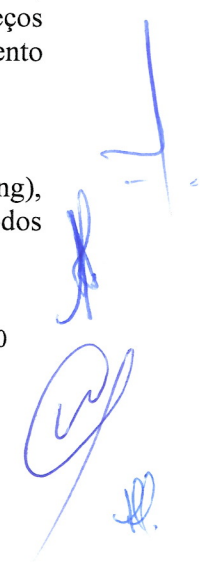
7.4 Os reajustes serão precedidos de solicitação formal da contratada.

7.5 O IFSULDEMINAS deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

7.6 A superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão ser revisados mediante apresentação de planilhas que comprovem o aumento dos custos, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

8.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (outsourcing), cópia e digitalização, com fornecimento de equipamento multifuncional, com fornecimento de todos





os suprimentos originais do fabricante do equipamento, manutenção corretiva e preventiva, atendimento de suporte aos usuários para atendimento da Reitoria.

8.2 Fornecimento e instalação de equipamento, cópia e digitalização; conforme especificações do projeto executivo e a proposta de fornecimento, com os respectivos estabilizadores ou transformadores compatíveis com a potência do equipamento instalado.

8.3 Gerenciamento dos serviços contratados, com o objetivo de realizar o fornecimento de insumos e consumíveis, de forma a não permitir a interrupção dos serviços de impressão e a realização dos atendimentos gerados a partir dos chamados efetuados pela contratante;

8.4 Gerenciamento, contabilização e bilhetagem das páginas impressas, copiadas e digitalizadas, por usuário;

8.5 O servidor de impressão será fornecido pela contratante para o pleno atendimento de todas as regras de segurança e governança que devem ser definidos pela mesma. Caso o servidor disponibilizado pela contratante não atenda as exigências da contratada, esta deverá fornecer o equipamento compatível, sem custo adicional;

8.6 O equipamento deverá receber manutenção on-site, ou seja, atendimento onde estiver instalado. Todos os custos da manutenção como mão de obra, passagem e estadia de técnicos, peças, partes, insumos e consumíveis, fusores, cilindros e demais serviços serão de responsabilidade da contratada;

8.7 Os insumos e consumíveis deverão ser entregues no local onde o equipamento estiver instalado. Todos os custos envolvidos no processo de distribuição serão de responsabilidade da contratada.

8.8 Fornecimento do equipamento.

8.8.1 o equipamento deve ser disponibilizado pela empresa a ser contratada, conforme segue:

8.8.2 A contratada deverá fornecer o equipamento de impressão, cópia e digitalização, bem como todos os consumíveis, contemplando, inclusive a instalação.

8.8.3 o equipamento deverá ser de acordo com a especificação do projeto executivo e a proposta de fornecimento.

8.8.4 o equipamento deverá ser entregue com todos os drivers necessários para utilização no ambiente operacional da Rede Local ou corporativa da Contratante.

8.8.5 o equipamento deverá ser entregue com toda a documentação técnica própria, tais como manuais, cartões de referência e qualquer outro manual elaborado pelo fabricante, necessários à operação e instalação das impressoras objeto do Termo de Referência.

8.8.6 o equipamento deverá permitir impressão frente e verso.

8.8.7 o equipamento deverá estar configurados para impressão padrão em preto e branco.

8.8.8 A contratada deverá possuir página na Internet, com informações técnicas disponíveis e atualização de versões de drivers ou indicar página do fabricante para o mesmo efeito.

8.8.9 Caso seja necessário, a contratada deverá instalar os pontos de rede e de eletricidade necessários ao funcionamento do equipamento e será responsável pelo material e mão de obra necessária para este serviço, inclusive no caso de remanejamento.

8.8.10 o equipamento fornecido deverá possuir interface de rede nativa. Os ativos de rede necessários para ativação do equipamento, bem como o devido fornecimento de energia, ficarão a cargo da contratante.

8.8.11 Os equipamentos deverão ter, obrigatoriamente, tecnologia laser de impressão, recurso de contabilização de páginas impressas e copiadas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos, possibilitando a auditagem dos serviços.

8.8.12 A empresa contratada deverá providenciar o desligamento, o transporte e a reinstalação do equipamento, na ocorrência de alteração do local de prestação dos serviços quando solicitado pela contratante.

8.8.13 Todos os custos referentes a instalação e transporte são de responsabilidade da contratada.

8.9 Fornecimento de insumos e peças.

8.9.1 Todos os insumos (inclusive aqueles entendidos como kit de manutenção, fusores, rolos, toner, cilindros, reveladores e outros) e as eventuais substituições de peças e acessórios deverão ser originais do fabricante do equipamento, não sendo admitidos, em hipótese alguma, produtos remanufaturados e/ou reconicionados, similares e compatíveis.

8.9.2 O fornecimento de papel é de responsabilidade da contratante.

8.9.3 Os serviços de reposição dos componentes de manutenção operacional preventiva (fusores, reveladores, cilindros e peças que tenham necessidade de substituição pelo desgaste de uso) serão executados por profissionais qualificados, devendo respeitar os prazos de atendimento.

8.9.4 A logística da contratada deverá contemplar a gestão de estoque de suprimentos em quantidade suficiente para atender à demanda por um período mínimo de um mês, possibilitando alimentação imediata, evitando-se a descontinuidade nos serviços de impressão e cópia.

8.9.5 Para os 3 (três) primeiros meses de contrato, a quantidade de suprimentos a ser disponibilizada será calculada com base nas quantidades estimadas no Termo de Referência. A partir do 4º (quarto mês), será utilizado o volume médio levantado pela bilhetagem dos meses anteriores.

8.9.6 A contratada é obrigada a fazer o recolhimento e será responsável pela destinação ambientalmente correta de todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados no equipamento, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente de acordo com o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

8.10 Contabilização e Bilhetagem.

8.10.1 Contabilização de todos os documentos impressos e copiados, contendo informações do trabalho de impressão/cópia (número de páginas);

8.10.2 Alertas automáticos para os casos de falta de toner, baixo nível de toner, papel atolado e outros aplicáveis;

8.11 Do Suporte de Serviços.

8.11.1 A contratada deverá disponibilizar pelo menos um canal de comunicação, (e-mail, site, chat), além do telefone para abertura dos chamados técnicos e pedido de suprimentos. Após a abertura do chamado no sistema deverá gerar um número de protocolo para segurança do atendimento da empresa;

8.11.2 A contratada deverá fornecer treinamento básico de hardware e software do equipamento aos empregados da contratante na quantidade a ser indicada pela contratante.

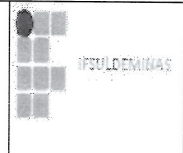
8.12 Dos Níveis de Serviço.

8.12.1 Após a abertura da Ordem de Serviço (O.S.), a estação de impressão deverá ser entregue e instalado em, no máximo, 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de abertura da O.S. Dentro desse mesmo prazo, também, deverão estar em operação a implementação das seguintes soluções:

8.12.1.1 Customização das configurações do equipamento;

8.12.1.2 Identificação do equipamento;

8.12.1.3 Treinamento de equipe da contratante.



8.12.2 Quando houver a necessidade de reinstalação do equipamento em outro local, a contratante deverá avisar à contratada com no mínimo 07 (sete) dias corridos de antecedência e a contratada terá o prazo de 01 (um) dia útil contado da comunicação para executar a reinstalação ou mudança de local, no mesmo local ou prédio, a mudança deverá ocorrer em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

8.12.3 Durante a vigência do contrato, o prazo máximo para atendimento técnico (chegada do técnico ao local de atendimento) será em até 5 (cinco) horas a partir de solicitação feita até as 12 (doze) horas do dia e até as 12 (e) horas do dia seguinte, para chamados abertos após as 12 (doze) horas do dia de véspera. Exclui-se dessa contagem os finais de semana e feriados, a solicitação formal da contratante poderá se dar via telefone, e-mail ou notificação por escrito.

8.12.4 Após a chegada ao local do equipamento, o técnico da contratada deverá identificar e corrigir o problema que motivou o chamado e restaurar toda a capacidade operacional do equipamento ou, caso não seja possível à correção do problema, substituir o equipamento defeituoso por outro equipamento equivalente (ou superior), de forma garantir a continuidade dos serviços, em no máximo 01 (um) dia útil.

8.12.5 Se o equipamento que apresentarem falhas frequentes, ou seja, mais de 5 (cinco) interrupções no mês, pelo mesmo problema, deverá a contratada proceder com a substituição do equipamento por um outro equivalente (ou superior), em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após a quinta interrupção.

8.12.6 As solicitações dos insumos e suprimentos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento instalado deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da contratante.

8.12.7 O detalhamento das especificações dos requisitos da prestação do serviço de manutenção e suporte técnico estão descritos no item 6 do Projeto executivo.

#### **CLÁUSULA NONA - DO LOCAL DE ENTREGA, QUANTITATIVO EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO**

9.1 – O quantitativo de equipamento a ser fornecido, bem como a localização da instalação:





ITEM 1

CATMAT/CATSERV: 23140

Tipo: Serviço

Descrição:

Prestação de Serviço de Reprografia Envolvendo Equipamento/ Operação/Suprimentos - Reprodução Cor Preto

Descrição Detalhada:

Prestação de serviço de reprografia para a Reitoria, para atendimento dos vestibulares anuais e de acordo com os requisitos do documento Projeto Executivo:

- cópia, impressão e digitalização monocromática
- com fornecimento em regime de comodato de 1 (um) equipamento de acordo com as especificações do projeto executivo;
- franquia global para 12 (doze) meses igual a 200.000 cópias e/ou impressões ao valor global estimado de R\$ 21.000,00;
- com previsão de cópias / impressões excedentes de mesma quantidade da franquia, 200.000 cópias e/ou impressões, ao valor global estimado de R\$ 21.000,00
- com pagamentos de acordo com o calendário de vestibulares (refira-se ao projeto executivo)

Quantidade: 1

Unidade: SERVIÇO

Valor Médio Estimado:

Valor Unitário

Valor Total

R\$ 42.000,00

R\$ 42.000,00

Valor Médio Total Estimado da requisição:

R\$ 42.000,00

9.2 O prazo de instalação somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela contratada, por escrito, e até 24 (vinte e quatro) horas e antes da data fixada para a instalação.

9.3 As despesas decorrentes de transporte, carga e descarga correm por conta da contratada.

**CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual.

10.2. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa efetuar os serviços dentro das normas estabelecidas no contrato.

10.3. Permitir livre acesso dos funcionários da contratada ao equipamento, objeto do Termo de Referência, para execução dos serviços de instalação, leitura e assistência técnica.

10.4. Receber o equipamento entregues pela contratada, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado.

10.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pela contratada.

Comunicar a contratada as irregularidades observadas na execução do Contrato.

10.6. Não consentir que terceiro execute os serviços de manutenção e reparo do equipamento.

10.7. Fornecer instalação elétrica e física, indispensável ao assentamento do equipamento e adequadas ao perfeito funcionamento dos mesmos.

10.8. Assegurar aos técnicos credenciados pela contratada o acesso ao equipamento para efetuarem as manutenções preventivas e corretivas, resguardadas todas as necessidades de sigilo e

segurança, bem como dependerá de autorização da contratada toda e qualquer intervenção no equipamento.

10.9. Não remover o equipamento do local instalado ou reinstalado, sem prévio e expreso consentimento da contratada.

10.10. Solicitar a substituição do equipamento defeituoso.

10.11. Notificar à contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no equipamento, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

10.12. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço e/ou de Fornecimento de Bens;

10.13. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade;

10.14. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, observando o devido processo legal;

10.15. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

10.16. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do bens e/ou da prestação do serviço;

10.17. Proporcionar todas as facilidades à CONTRATADA para o bom andamento dos serviços dentro das normas estabelecidas pelo Edital e Contrato;

10.18. Prestar aos funcionários da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;

10.19. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato;

10.20. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustes do Contrato, se for o caso;

10.21. Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, pelos serviços prestados. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

10.22. Disponibilizar papel para o equipamento objeto da contratação;

10.23. Efetuar os pagamentos devidos;

10.24. Formalizar as solicitações de manutenção corretiva por meio de solicitação de serviços, quando não atendidas verbalmente, e enviá-las à CONTRATADA pelos meios de comunicação disponibilizados por esta.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. São responsabilidades da contratada além de toda e qualquer outra prevista neste Termo de Referência, no Projeto Executivo e no Edital de licitação:

11.1.2. Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os fornecimentos sejam realizados com esmero e perfeição.

11.1.3. Proceder à leitura do equipamento, de acordo com o calendário de vestibulares previsto para os meses de maio e outubro, tomando como data-base, a de início de vigência do Contrato. Os cartões de leitura deverão conter a identificação do equipamento, o n.º de série, a localização completa, as leituras iniciais e finais do período, nome do responsável, matrícula e assinatura. Não poderão conter rasuras, devendo ser assinados sobre carimbos identificadores do fiscal do contratante e do preposto da contratada.





11.1.4 o equipamento disponibilizado ao contratante deverá ser mantido em perfeito estado de funcionamento, devendo a contratada proceder às manutenções preventivas e corretivas, sem ônus para o contratante, observando as recomendações técnicas do fabricante e os requisitos do item 6 do projeto executivo, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços.

11.1.5 Assegurar a manutenção, suporte técnico e operacional necessários ao pleno e perfeito funcionamento do equipamento, efetuando os ajustes, reparos ou a substituição parcial ou total do equipamento, peças e partes sem qualquer ônus para o contratante.

11.1.6 Exercer supervisão e acompanhamento dos serviços efetuados no equipamento, acatando as instruções e observações que emanem da fiscalização do IFSULDEMINAS, sem qualquer ônus adicionais.

11.1.7 Providenciar junto à unidade tomadora dos serviços (Reitoria) a identificação dos seus empregados.

11.1.8 Promover treinamento operacional completo às pessoas previamente autorizadas, sem ônus adicionais para o IFSULDEMINAS.

11.1.9 Fornecer todos os insumos (toner, revelador, cilindro, grampo, etc.) necessários à execução dos serviços, exceto papel, a serem utilizados no equipamento, em quantidade compatível com as normas de funcionamento pelo fabricante do equipamento.

11.1.10 A contratada deverá disponibilizar no local de instalação do equipamento, 1 (um) toner reserva.

11.1.11 A contratada deverá repor o toner reserva, em até 24 (vinte e horas) após a solicitação.

11.1. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação.

11.1.12 Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o cumprimento do Contrato, tais como: ferramentas, transportes, fretes, peças, lâmpadas, acessórios, suprimentos (toner, revelador, cilindro, grampo), treinamento e etc.

11.1.13 As peças e componentes utilizados para a prestação dos serviços devem ser originais e genuínas, do próprio fabricante do equipamento, testados e certificados em laboratório.

11.1.14 A contratada deverá comprovar, sempre que requerido pela Administração, por meio de cópias de notas fiscais, a procedência das peças, partes de peças e componentes, bem como de outros materiais necessários à prestação dos serviços.

11.1.15 A contratada disponibilizará para a contratante acesso à sua central de atendimento, onde serão registrados os pedidos de assistência técnica.

11.1.16 O serviço de assistência técnica será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 h às 18:00 h, exceto sábados, domingos e feriados.

11.1.17 Caso seja necessária a retirada do equipamento para fins de manutenção corretiva, a contratada deverá providenciar a imediata instalação de outro com as mesmas especificações, o qual somente poderá ser retirado quando da reinstalação do equipamento anterior devidamente mantido.

11.1.18 Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto contratado.

11.1.19 Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do contratante.

11.1.20 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados, à Administração e seu patrimônio e a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de ação ou omissão da contratada ou de quem em seu nome agir.



11.1.21. O equipamento deverá ser instalado e pronto para operar, isto é, com cilindro, toner, revelador e todos os componentes que forem necessários para operar. Após as instalações, o fornecimento dos materiais de consumo (exceto papel) será de responsabilidade direta da contratada.

#### **CLÁUSULA DOZE – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

12.1. A execução das obrigações contratuais objeto deste Contrato será fiscalizada por um representante da Administração, doravante denominado FISCAL, designado através de Portaria, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à contratada (Art. 67 da Lei n.º 8.666/93), cabendo também ao fiscal o "atesto", o qual deverá ser efetuado no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, e à Coordenação de Administração Financeira, o pagamento das respectivas Notas Fiscais.

12.2. Caberá a contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o IFSULDEMINAS, não aplicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

12.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei n.º 8.666/93).

#### **CLÁUSULA TREZE – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei n.º 8.666/93, ficando a contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1 Não será exigida da licitante vencedora prestação de garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme o artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DA SUBCONTRATAÇÃO**

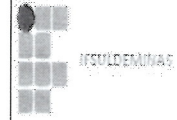
15.1 Será permitida a subcontratação somente nos casos de manutenção preventiva e corretiva do equipamento e no fornecimento dos insumos/materiais.

15.1.1 Complementar ao item 15.1 e em conformidade com o art. 15, inciso II, da IN 04/10-SLTI-MPOG a contratada não poderá se eximir do cumprimento integral do contrato mesmo havendo subcontratação;

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS PENALIDADES**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993; da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 6.204, de 2007; e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- a) Não executar, total ou parcialmente, o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;



- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- f) Fraudar a execução do contrato;
- g) Não manter a proposta;
- h) Deixar de entregar a documentação exigida; e
- i) Descumprir qualquer dos demais deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços e/ou no Contrato.
- j) Igualmente, comete infração a Contratada que deixar de celebrar o contrato dentro do prazo fixado pela Contratante.
- k) A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 1.1 ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:
- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- II. Multa:
- a) Moratória, de até 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias corridos - vencido este prazo, aplica-se a Multa Compensatória;
- b) Compensatória, de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;
- III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, pelo prazo de até dois anos;
- IV. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
- V. Impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

16.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, execução imperfeita, inadimplemento, não veracidade das informações ou mora de execução, erros ou atraso na prestação dos serviços e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolado ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as penalidades previstas neste contrato e nos anexos do edital.

16.3 A multa compensatória será imposta e aplicada em consequência do descumprimento das obrigações especificadas nos anexos e de acordo com o fator de criticidade e percentual, sobre o valor da fatura mensal, conforme tabela a seguir:

ATIVIDADES	FATOR DE CRITICIDADE	%
------------	----------------------	---



11.1.1 a 11.1.17	F= 1	1%
11.1.18 a 11.1.19	F= 2	2%
11.1.20 a 11.1.22	F= 3	5%

16.4. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos porventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do contratante, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.

16.5. As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

16.6. As penalidades aplicadas só poderão ser reconsideradas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do contratante, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a Licitante tomar ciência.

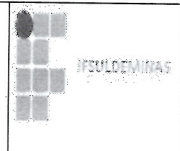
16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.8. No processo de aplicação de penalidades será assegurado ao contratado os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos para rescisão do contrato:

1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
3. A lentidão no cumprimento do contrato, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;
4. O atraso injustificado na prestação do serviço;
5. A paralisação na prestação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;
6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como as de seus superiores;
8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do contratante designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
9. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
10. A instauração de insolvência civil ou a decretação de falência;
11. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução deste contrato;
12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do contratante, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;



13. a supressão, por parte do contratante, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);
  14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  15. o atraso, superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pelo contratante, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  16. A não liberação, por parte do contratante, de área ou local para o fornecimento do bem adquirido;
  17. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
  18. descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 17.2. A rescisão deste contrato poderá ser:
1. Determinada por ato unilateral e escrito do contratante;
  2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o contratante;
  3. Judicial, nos termos da legislação.
  4. A rescisão do contrato obedecerá ao que dispõem os artigos 79 e 80 da Lei 8666/93.
  5. Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

#### **CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO**

19.1. O contratante providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato deste Contrato no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA VINTE - DO FORO**

20.1. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que se rege, onde for omissos, pelas disposições da Lei 8.666/93, será competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais para maior autenticidade, são também firmadas por duas testemunhas.

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre – MG Fone: 3449-6150  
Coordenação Geral de Convênios e Gestão de Contratos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE  
MINAS GERAIS  
REITORIA  
COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS E GESTÃO DE CONTRATOS



Pouso Alegre, 06 de maio de 2016.

Contratante  
Marcelo Bregagnoli  
Reitor  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Contratada  
Wendell Conde  
CPF: 799.508.506-06

TESTEMUNHAS:

Nome: Ana Paula Rufino  
CPF: 048.862.916-02

Nome: Aline Leonardo  
CPF: 041.294.416-20